
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.242	48.451	Fornecedores		10.816	8.056
Aplicações financeiras	6	35	2.075	Empréstimos e financiamentos	12	-	44
Clientes	7	177	11.449	Arrendamento a pagar	13	-	1.184
Tributos a recuperar		8.463	49	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.650	3.819
Despesas antecipadas		45	1.586	Obrigações sociais e trabalhistas		3.310	2.401
Partes relacionadas	14	243.903	153.405	Partes relacionadas	14	2.386	2.370
Outros créditos		11.624	2.499	Obrigações com Poder Concedente	16	262	3.025
Total do ativo circulante		267.489	219.514	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c)	-	628
				Provisão para manutenção	15	-	113.131
				Outras contas a pagar		34	305
NÃO CIRCULANTE				Acordo de Leniência	16.d)	68.183	67.587
Tributos diferidos	11.a)	1.195	51.296	Total do passivo circulante		86.641	202.550
Depósitos judiciais	8	692	1.338				
Imobilizado	9	2.575	3.452	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	10	675	123.664	Empréstimos e financiamentos	12	-	36
Total do ativo não circulante		5.137	179.750	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	17	3.495	7.164
				Outras contas a pagar		8.937	3.308
				Acordo de Leniência		-	60.525
				Total do passivo não circulante		12.432	71.033
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a)	250.968	250.968
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		748	748
				Prejuízos acumulados		(78.163)	(126.035)
				Total do patrimônio líquido		173.553	125.681
TOTAL DO ATIVO		272.626	399.264	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.626	399.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	19	360.273	330.569
Custo dos serviços prestados	20	(238.993)	(204.208)
LUCRO BRUTO		<u>121.280</u>	<u>126.361</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(22.945)	(18.304)
Outras receitas, líquidas	27	8	8
Acordo de Leniência		-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>98.362</u>	<u>108.065</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	14.394	6.571
Despesas financeiras	21	<u>(14.783)</u>	<u>(17.371)</u>
		(389)	(10.800)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>97.973</u>	<u>97.265</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	-	(30.240)
Diferidos	11.b)	<u>(50.101)</u>	<u>(9.102)</u>
		(50.101)	(39.342)
LUCRO LÍQUIDADO EXERCÍCIO		<u>47.872</u>	<u>57.923</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	22	<u>0,19</u>	<u>0,23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47.872	57.923
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>47.872</u>	<u>57.923</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>250.968</u>	<u>748</u>	<u>17.394</u>		<u>(201.352)</u>	<u>67.758</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-		57.923	57.923
Absorção de prejuízo de anos anteriores		-	-	(17.394)		17.394	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>250.968</u>	<u>748</u>	<u>-</u>		<u>(126.035)</u>	<u>125.681</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-		47.872	47.872
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>250.968</u>	<u>748</u>	<u>-</u>		<u>(78.163)</u>	<u>173.553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	47.872	57.923
Ajustes para reconciliar o lucro líquido/(prejuízo)		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	148.867	104.071
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	854	1.502
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	50	80
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(412)	4.991
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.313	347
Provisão para manutenção	(11.750)	15.441
Atualização monetária da provisão para manutenção	9.253	10.063
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(451)	426
Obrigações com Poder Concedente	5.723	5.843
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(12)	(11)
Tributos diferidos	50.101	9.102
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	30.240
Juros ativos - debêntures privadas/mútuos	(10.625)	(4.401)
Atualização Monetária Acordo de Leniência	2.667	4.831
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	11.723	(1.943)
Partes relacionadas - clientes	4	136
Tributos a recuperar	(8.414)	633
Despesas antecipadas	1.541	(1.519)
Depósitos judiciais	658	695
Outros créditos	(9.125)	954
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.760	1.431
Obrigações sociais e trabalhistas	909	166
Partes relacionadas - fornecedores	16	(347)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.169)	(143)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(4.570)	(1.509)
Pagamento de provisão para manutenção	(110.634)	(23.598)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(10.287)	(7.779)
Outras contas a pagar	5.358	31
Imposto de renda e contribuição social pagos	(628)	(30.942)
Pagamento Acordo de Leniência	(62.596)	(103.428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>57.996</u>	<u>73.286</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(342)	(730)
Aquisição de intangível	(23.437)	(28.353)
Aplicações financeiras	2.040	3.232
Partes relacionadas - Debêntures privadas/mútuos	(79.877)	(149.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(101.616)</u>	<u>(174.851)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(1.539)	(1.428)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(50)	(80)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.589)</u>	<u>(1.508)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(45.209)</u>	<u>(103.073)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.451	151.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.242	48.451
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(45.209)</u>	<u>(103.073)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas

A Administração da Rodovia das Cataratas S.A.- Ecocataratas, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Ecocataratas" ou "Companhia"), constituída em 03 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582.

O prazo de concessão é de 24 anos e se encerrou em 26 de novembro de 2021.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecocataratas agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 25.503 mil em 2021, redução de 0,9% em relação a 2020. O volume de tráfego de veículos leves totalizou 8.326 e apresentou redução de 2,5%, o volume de tráfego de veículos

pesados totalizou 17.177 e apresentou redução de 0,1% devido, principalmente, devido ao fim do contrato de concessão em novembro de 2021.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$391,7 milhões em 2021, aumento de 8,5% em relação ao ano anterior. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$31,4 milhões, 3,4% superior quando comparado a 2020.

Receita de Pedágio – R\$352,3 milhões em 2021, aumento de 4,7% devido, principalmente, reajuste de tarifa.

Receita Acessória – R\$10,7 milhões em 2021, redução de 4,6% devido, principalmente, a diminuição de receita com fibra ótica e uso de faixa de domínio devido ao encerramento do contrato de concessão.

Receita de Construção – R\$28,7 milhões em 2021, aumento de R\$15,4 milhões, devido ao maior volume de obras contratuais.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$360,3 milhões em 2021. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$331,6 milhões, aumento de 4,5% em relação a 2020.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº19 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais apresentaram aumento de 17,7%, totalizando R\$261,9 milhões em 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$96,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 2020. As principais variações foram:

Pessoal: R\$23,3 milhões em 2021, aumento de R\$ 4,0 milhões (+20,7%) devido, principalmente, ao reajuste salarial anual e aumento dos custos com rescisões trabalhistas e gratificações.

Conservação e Manutenção: R\$13,8 milhões em 2021, estável em comparação com o ano anterior.

Serviços de terceiros: R\$42,8 milhões em 2021, aumento de R\$ 5,6 milhões (+15,1%), devido ao incremento dos custos com engenharia e incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS e aos custos com serviços de limpeza, auditoria e assessoria jurídica. Este aumento deu-se em função do fim do contrato de concessão em novembro de 2021.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$10,2 milhões em 2021, aumento de R\$ 2,0 milhões, devido principalmente aos custos com garantias contratuais.

Outros: R\$6,0 milhões em 2021, redução de R\$5,1 milhões em virtude do estorno das provisões cíveis em função do encerramento do contrato de concessão.

Depreciação e Amortização: R\$148,9 milhões em 2021, 43,0% superior a 2020, devido ao aumento na taxa de amortização devido ao fim do contrato de concessão.

Provisão para Manutenção: (-R\$11,8) milhões em 2021, redução de R\$27,1 milhões devido ao fim do contrato de concessão.

Custo de construção de obras: R\$28,7 milhões em 2021, aumento de R\$15,4 milhões devido ao maior volume de obras contratuais finais.

Para mais informações sobre os Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA atingiu R\$247,2 milhões e a margem EBITDA, 68,6%. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$235,5 milhões, aumento de 3,5% em relação a 2020 e margem EBITDA ajustado de 71,0%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,4 milhões, redução de 96,4% em relação aos R\$10,8 milhões negativos em 2020 devido, principalmente, aos juros ativos sobre as debêntures privadas.

Para mais informações sobre o resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2021, a Ecocataratas apresentou lucro líquido de R\$47,9 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecocataratas encerrou o exercício de 2021 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$3,3 milhões. A dívida com Poder Concedente era de R\$0,3 milhão.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº12, nº13 e nº 16 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O capex realizado pela Companhia totalizou R\$134,3 milhões em 2021, com destaque para investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$260,3 mil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Rodovia das Cataratas S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2021.

Cascavel, 14 de março de 2022.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Ecocataratas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 03 de novembro de 1997, e tem por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 – DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 26 de novembro de 2021. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº16.c). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582, bairro Pavan, no município de Cascavel – PR. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos.

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais.

Os bens considerados não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo Imobilizado conforme Nota Explicativa nº 9) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022.

Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022.

a) IMPACTOS COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade

das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;

- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: A determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,37% ao ano, em 31 de dezembro de 2020. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão, ao contrário, houve um estorno de valores excedentes. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia era de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, poderiam ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. A Companhia revisava anualmente as projeções de fluxo de caixa de seu contrato com o objetivo de avaliar se havia algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excediam os benefícios econômicos que se esperavam fossem recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de tráfegos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i)

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

f) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial. A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
---------------------------------------	--

Norma	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: <u>IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u>: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). <u>IFRS 9 – Instrumentos Financeiros</u>: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. <u>IFRS 16 – Arrendamentos</u>: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. <u>IAS 41 – Agricultura</u>: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)
Requerimento	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS. A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
---------------------------------------	---

Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o <i>Board</i> manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O <i>Board</i> acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O <i>Board</i> excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O <i>Board</i> acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

i) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	171	1.336
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	493	44.970
Operações compromissadas (b)	2.442	-
Aplicações automáticas (c)	136	2.145
	<u>3.242</u>	<u>48.451</u>

- a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). (Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 6)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (101,0% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 83,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2%

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	35	2.075
	35	2.075

Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata.

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a)	144	9.974
Receitas acessórias (b)	49	165
Outras contas a receber	578	2.355
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	(594)	(1.045)
	177	11.449

- a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	146	11.063
Vencidos:		
Até 30 dias	48	52
De 31 a 90 dias	-	753
De 90 a 120 dias	-	-
Acima de 120 dias	577	626
	<u>771</u>	<u>12.494</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.045	619
Valores recuperados e baixados	(1.665)	(7)
Constituição de PECLD	1.214	433
Saldo no fim do exercício	<u>594</u>	<u>1.045</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Natureza</u>		
Cível	503	928
Trabalhista	189	410
	<u>692</u>	<u>1.338</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.338	2.022
Adições	182	649
Baixas	(840)	(1.344)
Atualização monetária	12	11
Saldo no fim do exercício	<u>692</u>	<u>1.338</u>

9. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,4	4,0	6,0	4,7	2,6	-
CUSTO						
SalDOS em 31/12/2020	14.298	4.767	1.755	8.633	6.022	35.475
Adições	139	61	-	142	-	342
Baixas	-	(1)	(2)	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-	(201)	(201)
SalDOS em 31/12/2021	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613
DEPRECIACÃO						
SalDOS em 31/12/2020	(13.401)	(3.681)	(1.438)	(7.913)	(5.590)	(32.023)
Adições	(352)	(194)	(106)	(407)	(151)	(1.210)
Baixas	-	1	1	-	-	2
Transferências	-	-	-	-	193	193
SalDOS em 31/12/2021	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)
RESIDUAL						
Em 31/12/2021	684	953	210	455	273	2.575
Em 31/12/2020	897	1.086	317	720	432	3.452

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,4	4,0	7,3	7,4	3,1	-
CUSTO						
SalDOS em 31/12/2019	14.038	4.614	1.735	8.372	5.986	34.745
Adições	260	153	20	261	36	730
SalDOS em 31/12/2020	14.298	4.767	1.755	8.633	6.022	35.475
DEPRECIACÃO						
SalDOS em 31/12/2019	(12.922)	(3.493)	(1.310)	(7.285)	(5.405)	(30.415)
Adições	(479)	(188)	(128)	(628)	(185)	(1.608)
Baixas	-	-	-	-	-	-
SalDOS em 31/12/2020	(13.401)	(3.681)	(1.438)	(7.913)	(5.590)	(32.023)
RESIDUAL						
Em 31/12/2020	897	1.086	317	720	432	3.452
Em 31/12/2019	1.116	1.121	425	1.087	581	4.330

Em 31 de dezembro de 2021 não havia bens vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de Concessão (i)	Intangível andamento (iii)	Software de terceiros	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	7,4	35,7	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2020	826.402	5.272	4.058	14	2.508	838.254
Adições	22.498	2.604	136	-	275	25.513
Baixas	(853)	-	-	-	-	(853)
Transferências	8.077	(7.876)	-	-	-	201
Saldos em 31/12/2021	856.124	-	4.194	14	2.783	863.115
AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2020	(710.014)	-	(3.215)	(14)	(1.347)	(714.590)
Adições	(145.911)	-	(305)	(5)	(1.436)	(147.657)
Transferências	(199)	-	-	6	-	(193)
Saldos em 31/12/2021	(856.124)	-	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)
RESIDUAL						
Em 31/12/2021	-	-	674	1	-	675
Em 31/12/2020	116.388	5.272	843	-	1.161	123.664

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (i)	Intangível andamento (iii)	Software de terceiros	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	8,9	7,1	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2019	803.027	143	3.874	14	65	807.123
Adições	24.361	5.645	184	-	2.443	32.633
Baixas	(1.502)	-	-	-	-	(1.502)
Transferências	516	(516)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	826.402	5.272	4.058	14	2.508	838.254
AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2019	(609.211)	-	(2.862)	(13)	(41)	(612.127)
Adições	(100.803)	-	(353)	(1)	(1.306)	(102.463)
Saldos em 31/12/2020	(710.014)	-	(3.215)	(14)	(1.347)	(714.590)

RESIDUAL						
Em 31/12/2020	116.388	5.272	843	-	1.161	123.664
Em 31/12/2019	193.816	143	1.012	1	24	194.996

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2021, as principais adições nesta rubrica referem-se à reabilitação de parâmetros do pavimento e de sinalização de apoio às obras de ampliação da BR 277 e aparelhamento da PRF/PRE.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram 17,27% a.a. (12,38% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a estrutura de supervisão, consultoria de apoio às obras de ampliação e intervenções atreladas ao pavimentos e sinalizações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2021
Realização do ágio na incorporação	8.463	-	(8.463)	-	(8.463)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.436	-	(1.247)	1.189	(1.247)
Provisão para manutenção	38.464	3.146	(41.610)	-	(38.464)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	144	-	(138)	6	(138)
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	1.970	-	(1.970)	-	(1.970)
Juros capitalizados	(181)	-	181	-	181
IR e CS Diferido - Ativo/(passivo) (i)	51.296	3.146	(53.247)	1.195	
Receita (despesas) de IR e CS Diferido					(50.101)

- (i) Em atendimento ao CPC 32 item 73 Tributos sobre o Lucro, registramos R\$1.195 no ativo não circulante (R\$51.296 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	51.296
2022	1.195	-
	1.195	51.296

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.973	97.265
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(33.311)	(33.070)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Amortização de ágio	(4.559)	(4.974)
Acordo de Leniência	(907)	(1.643)
Créditos tributários não constituídos (*)	(10.997)	-
Outros	(327)	345
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(50.101)	(39.342)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(30.240)
Impostos diferidos	(50.101)	(9.102)
Taxa efetiva	51,1%	40,5%

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	628	1.330
Despesa IR/CS DRE	-	30.240
Total de IR/CS pagos	(628)	(30.942)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	628

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2021	31/12/2020
Finame	10/2022	2,50% a.a.	-	80
			-	80
Circulante			-	44
Não circulante			-	36

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	80	215
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	1	4
Pagamento principal (*)	(80)	(135)
Pagamento de juros	(1)	(4)
Saldo no fim do exercício	-	80

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2021	31/12/2020
2022(*)	-	36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 36

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão e da obrigatoriedade de reversão dos bens da Concessão para o Poder Concedente livre de ônus, a Companhia realizou o pré-pagamento do financiamento em 26 de novembro de 2021.

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices	Alienação do bem

13. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	-	1.184
Circulante	-	1.184
Não circulante	-	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.184	34
Adições	275	2.443
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	49	76
Pagamento principal	(1.459)	(1.293)
Pagamento de juros	(49)	(76)
Saldo no fim do exercício	-	1.184

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOMCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Ativo		Passivo		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Receita de Juros sobre Mútuo	Receita sobre Debêntures Privada	Custo	Despesas
Companhia	Natureza									
Ecorodovias Serviços S.A. (a)	Concessões	e Controladora	-	3.438	389	-	-	-	17.960	9.090
Ecorodovias Serviços S.A. (b)	Concessões	e Controladora	-	-	-	606	-	-	606	-
Ecorodovias Serviços S.A. (c)	Concessões	e Controladora	163.414	-	-	-	-	10.013	-	-
CBB Ind. e Com. de Asfaltos Engenh. Ltda. (d)	Ind. e Com. de Asfaltos	e Outras partes relacionadas	-	47.354	1.934	-	-	-	1.177	-
TB Transportadora Betume Ltda. (d)	Transportadora	e Outras partes relacionadas	-	2.338	63	-	-	-	56	-
Ecorodovias Serviços S.A. (e)	Concessões	e Controladora	80.489	-	-	-	612	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021			243.903	53.130	2.386	606	612	10.013	19.799	9.090
Total em 31 de dezembro de 2020			153.405	5.804	2.370	701	-	4.401	17.451	8.629

- a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre a Companhia e a controladora é de R\$30.488. O saldo em aberto de R\$389 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- b) A companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor de permissão de uso.
- c) Em 13 de maio de 2020, foi realizada a emissão de debêntures "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$149.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 04 de agosto de 2022.
- d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$15.293. O prazo para execução desses trabalhos será em 28 de fevereiro de 2022. O saldo em aberto de R\$ 1.997 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- e) O valor de R\$80.489 refere-se ao contrato de mútuo com a controladora ECS. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,80% a.a. com vencimento até 30 de junho de 2022.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021, foi definido que não haveria pagamento de remuneração global anual dos administradores da Companhia para os exercícios de 2021. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações foram registrados a valor presente com a taxa de 8,37% ao ano (para 31 de dezembro de 2020, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão, além disso houve o estorno de R\$11.750 de valores excedentes de provisões realizadas em exercícios anteriores), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Estorno (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	562.324	(11.750)	-	-	550.574
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(124.465)	-	-	-	(124.465)
Realização da manutenção	(444.581)	-	(110.634)	-	(555.215)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	119.853	-	-	9.253	129.106
	<u>113.131</u>	<u>(11.750)</u>	<u>(110.634)</u>	<u>9.253</u>	<u>-</u>
Circulante	113.131				-

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	543.167	19.157	-	-	562.324
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(120.749)	(3.716)	-	-	(124.465)
Realização da manutenção	(420.983)	-	(23.598)	-	(444.581)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	109.790	-	-	10.063	119.853
	<u>111.225</u>	<u>15.441</u>	<u>(23.598)</u>	<u>10.063</u>	<u>113.131</u>
Circulante	45.066				113.131
Não circulante	66.159				-

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas:		
Verba de Fiscalização (a)	-	362
Verba Polícia Rodoviária (b)	262	2.663
	<u>262</u>	<u>3.025</u>

(a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

(b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

Adicionalmente, a companhia recolhia a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2019
Saldo no início do exercício	3.025	3.124
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	5.723	5.843
Intangível	1.801	1.837
Pagamento do principal	(10.287)	(7.779)
Saldo no final do exercício	<u>262</u>	<u>3.025</u>

(c) Informações do Contrato de Concessão

Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem – DER – PR.

Data da assinatura: 14 de novembro de 1997.

Objeto da Concessão: Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 3 do Anel de Integração do Estado do Paraná, com trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: O reajuste é por meio de cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplanagem (Coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (Coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (Coluna 39e FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (Coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (Coluna 39 FGV): 30%

Data de reajuste: Anualmente em 1º de dezembro.

Prazo de vigência: 26 de novembro de 2021.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Não é admitida a prorrogação do prazo da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu a finalização do Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula XXVIII do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$28.664, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 Provisão para Manutenção, a Companhia tinha a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

Dado o fim do Contrato de Concessão ocorrido em 26 de novembro de 2021, em 31 de dezembro de 2021, não há estimativa de valores para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão.

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

(d) Informações adicionais sobre o Contrato de Concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão foi 26 de novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecocataratas, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a EIL, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecocataratas. O MPF apresentou manifestação alegando que o acordo de leniência firmado não é capaz de por si só extinguir a ACP; mas que as informações e provas decorrentes do acordo não podem ser utilizadas contra as empresas em outras instâncias. O MPF se manifestou contrário ao deferimento de qualquer medida cautelar contra as lenientes e ressaltou a necessidade de se abater os valores pactuados em eventual futura condenação. Em primeira instância foi indeferida a liminar pleiteada pelo Estado, diante dos argumentos apresentados pela Companhia, seus Controladores e MPF. O Estado do Paraná interpôs recurso acerca da decisão liminar o qual foi negado. A Companhia e as demais empresas apresentaram defesa. Realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Aguarda-se o prosseguimento do feito.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladoras Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e estabeleceu que: (a) a EIL ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; e (b) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. Adicionalmente, a Companhia vem aprimorando o seu programa de ética e Compliance com o acompanhamento de monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a EIL e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a EIL, a ECS e a Companhia venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. As obrigações do acordo vêm sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia. Em 13 de janeiro de 2021, foi proferida sentença homologando o referido acordo no juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000. A sentença transitou em julgado e o processo foi baixado em 22 de junho de 2021.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a EIL recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A notificação também foi recebida pela Ecocataratas tendo sido apresentadas as defesas prévias pela Companhia e sua Controladora. Em manifestação nesse procedimento, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações

para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a Ecocataratas; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 a Companhia apresentou recurso, com o argumento de vícios formais e ausência de fundamentação legal. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral a qual incluiu a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), acima mencionado, ainda nesse contexto de medidas adotadas pelo Estado do Paraná em face da Companhia, em 07 de janeiro de 2020 a EIL e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito da Ecocataratas de participar de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. A Ecocataratas formulou pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19. O pedido liminar foi negado. Em 11 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Resolução CGE nº 78, de 10 de dezembro de 2020 revogando a Resolução CGE nº 67/2019. Em 13 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CGE nº 45, a qual, dentre outras disposições, impôs às empresas (Ecocataratas e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos. A Resolução CGE nº 45 encontra-se com eficácia suspensa em razão da interposição de recurso administrativo pela Companhia.

Em agosto de 2020, foi proposta pela Ecocataratas a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração, com base na Resolução 003/2019, como forma e regulação dos Contrato de Concessão 073/97. Foi deferida liminar favorável à Companhia para que o DER/PR se abstenha de imputar qualquer penalidade às Concessionárias, em decorrência dos autos de infração lavrados, sob o entendimento de que efetivamente houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. A decisão liminar determinou ainda que as Concessionárias promovessem o depósito das multas já impostas pelo Poder Concedente até o momento em que proferida a liminar. DER/PR interpôs recurso, sem sucesso. O DER/PR e Estado do Paraná apresentaram Contestação a qual já foi impugnada pela Companhia. Aguarda-se saneamento do processo.

Ainda, no âmbito da regulação contratual Ecocataratas, em setembro de 2020, foi proposta pela Companhia, a Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando obter o reconhecimento ao direito de reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, uma vez que a Lei 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros) foi modificada pela MP 833/2018, posteriormente convertida na Lei 13.711/2018), para o fim de estabelecer nova isenção tarifária. Trata-se de alteração normativa superveniente e imprevisível, com reflexos diretos e imediatos sobre a concessão outorgada à Companhia.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisão em processo administrativo relativo à Ecocataratas na qual determina (i) a suspensão dos futuros reajustes, (ii) a anulação dos últimos aditivos contratuais, (iii) a realização de

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

estudos pelo DER para redução da tarifa e (iv) a comunicação aos demais órgãos estatais de controle e fiscalização. Ecocataratas interpôs ação judicial para anular tais decisões.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra Ecocataratas e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar e opinando pela suspensão do processo até a finalização dos trabalhos por uma Comissão Especial criada no TCE para acompanhar e analisar o encerramento das obras. Ainda opinou pela revogação da medida cautelar. O MP-TCE apresentou parecer concordando com a instrução apresentada. Aguarda-se análise pelo Conselheiro Relator acerca do encaminhamento indicado na instrução.

Na ação ajuizada pela Rodovia das Cataratas – Ecocataratas S/A, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), visando a suspensão de todos os efeitos da decisão proferida no âmbito do processo de autotutela instaurado contra a Concessionária, processo nº 5057801-82.2020.4.04.7000 – 5º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida liminar favorável à Companhia para determinar a suspensão dos efeitos da Resolução 27/2020 AGEPAR, bem como atos dela decorrentes. Ou seja, estão suspensos os efeitos da decisão do processo de autotutela, inclusive os referentes à necessidade de cálculo de nova base tarifária, suspensão de reajuste tarifário ou suspensão de reequilíbrios contratuais. A AGEPAR opôs recurso à decisão liminar, sem sucesso.

Quando da finalização do Contrato de Concessão 073/97 o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR ajuizou ação Civil Pública em face da Ecocataratas pleiteando: (i) implementar sistema de canalização do tráfego nas praças de pedágio (segurança viária) em decorrência da desmobilização e encerramento da concessão; e (ii) estabelecer um cronograma conjunto com o DER/PR para entrega dos bens reversíveis em até 60 (sessenta) dias (decorrente do encerramento do Contrato de Concessão). Foi deferida a liminar para que a Companhia implantasse canalização de acordo com o projeto apresentado ao DER/PR, assim como estabelecesse um cronograma para reversão dos bens em até 60 dias. A Companhia comunicou que já cumpriu a liminar e encerrou a entrega dos bens reversíveis ao Poder Concedente.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.308	1.856	7.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	370	(782)	(412)
(-) Pagamentos	(3.755)	(815)	(4.570)
(+) Atualização monetária	1.174	139	1.313
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.097	398	3.495

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.710	1.625	3.335
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	4.599	392	4.991
(-) Pagamentos	(1.227)	(282)	(1.509)
(+) Atualização monetária	226	121	347
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.308	1.856	7.164

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$5.649 em 31 de dezembro de 2021 (R\$129.139 em 31 de dezembro de 2020), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2021, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$554 (R\$365 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos de 2016 a 2019, e, 09 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021, foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$232.456 (R\$133.479 em 31 de dezembro de 2020).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$250.968 representado por 250.968.261 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo foi absorvido por prejuízos de anos anteriores.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados em exercícios anteriores.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	140.064	155.285
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	167.836	144.312
Vale-pedágio	44.161	36.510
Outras	233	329
	<u>352.294</u>	<u>336.436</u>
Receita de construção (b)	28.664	13.275
Receitas acessórias (c)	<u>10.708</u>	<u>11.225</u>
Receita bruta	<u>391.666</u>	<u>360.936</u>
Deduções de receita bruta (d)	<u>(31.393)</u>	<u>(30.367)</u>
Receita líquida	<u>360.273</u>	<u>330.569</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	352.294	336.436
Receitas acessórias	<u>10.708</u>	<u>11.225</u>
	<u>363.002</u>	<u>347.661</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(10.889)	(10.430)
PIS (0,65%)	(2.359)	(2.260)
ISS (2% a 5%)	(18.045)	(17.266)
Abatimentos	<u>(100)</u>	<u>(411)</u>
	<u>(31.393)</u>	<u>(30.367)</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- d) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	23.262	19.280
Conservação e manutenção e outros	13.841	13.941
Serviços de terceiros (*)	42.814	37.215
Seguros	2.913	1.026
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	5.723	5.843
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	(11.750)	15.441
Custo de construção de obras	28.664	13.275
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	148.867	104.071
Locação de imóveis e máquinas	1.569	1.314
Outros custos e despesas operacionais	6.035	11.106
	<u>261.938</u>	<u>222.512</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	238.993	204.208
Despesas gerais e administrativas	22.945	18.304
	<u>261.938</u>	<u>222.512</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, serviços de consultoria, assessoria e engenharia e serviços de limpeza.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.685	2.117
Juros sobre mútuo	612	-
Variação monetária créditos fiscais	12	11
Receita sobre debêntures privada	10.013	4.401
Outras receitas financeiras	72	42
	<u>14.394</u>	<u>6.571</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(1)	(4)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(9.253)	(10.063)
Atualização monetária obrigações fiscais	(1.313)	(347)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(669)	(306)
Juros sobre arrendamentos	(49)	(76)
Outras despesas financeiras	(3.498)	(6.575)
	<u>(14.783)</u>	<u>(17.371)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(389)</u>	<u>(10.800)</u>

22. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	47.872	57.923
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	250.968	250.968
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,19</u>	<u>0,23</u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (a)	262	4.289
Caixa e equivalentes de caixa	(3.242)	(48.451)
Dívida líquida	(2.980)	(44.162)
Patrimônio líquido (b)	173.553	125.681
Índice de endividamento líquido	(0,02)	(0,35)

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 87,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (101,0% em 31 de dezembro de 2020).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Valor justo através do resultado	171	171
Clientes (ii)	Custo amortizado	177	177
Aplicações financeiras (i)	Valor justo através do resultado	3.106	3.106
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	10.816	10.816
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	262	262

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

(ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) As obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

(i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$79, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	242	302	363
Juros a incorrer, líquidos		242	302	363

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	11,65%	14,56%	17,48%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2021

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de uso – CPC 06 (R2)	275	2.443

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 02 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas (do qual a Companhia faz parte), da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a alteração da data de vencimento das referidas debêntures de 04 de fevereiro de 2022 para 04 de agosto de 2022. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 Partes Relacionadas, a Companhia é detentora de R\$163.414 das referidas debêntures.